



ALE - RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ANALISTA LEGISLATIVO - ADMINISTRAÇÃO

EDITAL N° 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: OP-012NV-25
7908403583713

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo)	11
2. Interpretação e organização interna	18
3. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	21
4. Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	24
5. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	27
6. Processos de formação de palavras	33
7. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	34
8. Concordância nominal e verbal	39
9. Transitividade e regência de nomes e verbos	41
10. Padrões gerais de colocação pronominal no português	42
11. Mecanismos de coesão textual	44
12. Ortografia	45
13. Acentuação gráfica	47
14. Emprego do sinal indicativo de crase	48
15. Pontuação	48
16. Estilística: figuras de linguagem	50
17. Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	54
18. Variação linguística: norma padrão	55

Raciocínio Lógico Matemático

1. Lógica: proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas. Equivalências lógicas	61
2. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados	65
3. Diagramas lógicos	67
4. Tabelas e gráficos	68
5. Conjuntos e suas operações	71
6. Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	74
7. Unidades de medida: distância, massa e tempo. Medidas de comprimento, área, volume	84
8. Representação de pontos no plano cartesiano	87
9. Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau	88
10. Proporcionalidade direta e inversa	90
11. Porcentagem	91
12. Juros	93
13. Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	95
14. Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área	100
15. Princípios de contagem	105
16. Noções de probabilidade	108

ÍNDICE

História de Rondônia

1. As bases da ocupação colonial da Amazônia	115
2. As políticas do Estado português para as regiões dos vales do Guaporé e Madeira	120
3. A questão das fronteiras entre América Portuguesa e o império hispânico e a criação da Capitania de Mato Grosso.....	125
4. A economia colonial nos vales do Guaporé e Madeira: mineração, drogas do sertão, o escravismo, o contrabando e as rotas fluviais.....	130
5. Colonização e povoamento no vale do Madeira e do Guaporé nos séculos XIX e XX.....	135
6. O advento da exploração seringueira e a questão das fronteiras	139
7. As diversas etapas da construção da Ferrovia Madeira Mamoré	144
8. A Comissão Rondon e a instalação das linhas telegráficas	148
9. A criação dos Territórios Federais do Guaporé e de Rondônia	152
10. Os novos surtos de povoamento e a ampliação do extrativismo mineral	158
11. A implantação do Estado de Rondônia. Os projetos de colonização estatais e privados.....	162
12. A instalação da rodovia federal BR-364	166

Geografia de Rondônia

1. Povoamento e ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé.....	173
2. Colonização ibérica na região	174
3. A colonização portuguesa no Vale do Guaporé	175
4. Os séculos XIX e XX e a exploração da borracha, poia e castanha	176
5. A construção da EFMM e da Linha Telegráfica.....	177
6. Território Federal do Guaporé/Rondônia.....	178
7. A Rodovia BR-364 e os garimpos	179
8. A ocupação recente da Amazônia e Rondônia: a colonização agropastoril.....	180
9. O Estado de Rondônia, da criação às questões atuais	181
10. O ambiente amazônico, as estruturas físicas e ambientais da região.....	182
11. O Estado de Rondônia: componentes do meio físico e ambiental	183
12. Populações e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; populações tradicionais	184
13. As divisões regionais	185
14. Produção econômica regional	187
15. As questões socioambientais.....	188
16. História do Poder Legislativo de Rondônia	189

Conhecimentos Específicos

Analista Legislativo - Administração

1. Administração - Evolução histórica do pensamento administrativo: administração científica, teoria clássica, escola de relações humanas, abordagem comportamentalista, teoria da burocracia, teoria de sistemas e abordagem contingencial. Conceitos e princípios fundamentais em administração	193
2. Habilidades do administrador	200
3. Processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle	205
4. Gestão da qualidade	214
5. Administração de material. Administração e controle de estoques. Movimentação e armazenagem de materiais. Logística e cadeia de suprimento. Gestão do patrimônio	216
6. A função compras	238
7. Processo decisório	239
8. Administração estratégica. Planejamento estratégico: visão, missão e análise SWOT. Planejamento tático. Planejamento operacional	240
9. Gestão de projetos: Elaboração, análise e avaliação de projetos. Análise Econômico-Financeira de Projetos. Gerência de Execução de Projetos	243
10. Análise competitiva e estratégias genéricas. Estratégia. Formação, implementação e avaliação de estratégias empresariais e corporativas. Mudança estratégica. Estratégias genéricas. Cadeia de valor. Competências centrais. Visão baseada em recursos. Redes e alianças	244
11. Balanced Scorecard	245
12. Processo decisório	246
13. Dinâmica das organizações. A Organização como um sistema social	246
14. Cultura organizacional	247
15. Motivação e liderança	251
16. Organização, sistemas e métodos. Estrutura organizacional	257
17. Centralização/descentralização	257
18. Desenho organizacional	257
19. Estrutura baseada em processos	258
20. Qualidade total. Técnicas de qualidade total	258
21. Comunicação interpessoal e intergrupal	259
22. Administração Pública - Estado, origens e funções. Estado, governo e administração pública. Princípios da Administração Pública	260
23. Os três poderes e a teoria da separação harmônica	263
24. Estados Nacionais e suas formas	267
25. Evolução da Administração Pública: do weberianismo à nova gestão pública	272
26. Atos administrativos	276
27. Responsabilidade fiscal. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00): disposições preliminares, execução orçamentária, cumprimento das metas, transparência, controle e fiscalização	287
28. Licitação (Lei nº 8.666/93: conceito, natureza jurídica, princípios, modalidades, procedimento, dispensa e inexigibilidade)	305
29. Lei do Pregão (Lei nº 10.520/02 e suas alterações)	305
30. A estrutura do aparelho público brasileiro: administração direta e indireta. Centralização e descentralização na Administração Pública	305
31. E-govern	309

ÍNDICE

32. Inovações introduzidas pela Constituição de 1988. Agências Executivas. Serviços essencialmente públicos e serviços de utilidade pública. Delegação de serviços públicos a terceiros. Agências Reguladoras. Convênios e consórcios	309
33. Planejamento, diretrizes e orçamentos públicos	315
34. Planejamento estratégico na Administração Pública. Reforma do Estado	316
35. Gerencialismo e Controle Social	316
36. Parcerias Público-Privado	317
37. Democracia, poliarquia e cidadania	317
38. Terceiro setor e gestão pública	322
39. Gestão pública democrática.....	322
40. Marketing público.....	328
41. Políticas Públicas - Estado, Sociedade e Políticas Públicas.....	332
42. Estado e capitalismo. Desigualdade e Políticas Sociais	333
43. Participação social e cidadania	333
44. Políticas de Desenvolvimento. Transformações mundiais e relações internacionais.....	334
45. Políticas públicas e a Constituição de 1988	335
46. Tipologia das políticas públicas.....	335
47. Formulação de políticas públicas	336
48. Formação da Agenda de Decisão	336
49. Desempenho das instituições públicas	337
50. Avaliação de políticas e programas sociais	337
51. Accountability	337
52. Papel do empreendedor de Políticas Públicas	340
53. Gestão Governamental - Administração da Qualidade e Gestão por Processos: fundamentos da gestão por processo. Gestão funcional e gestão por processos: vantagens comparativas. Pessoas: alocação, comando, autonomia, capacitação e desempenho. Tecnologia da informação na gestão por processo. Linguagem da gestão por processo. Acompanhamento e controle de processos. Cultura organizacional para a gestão por processo. O ciclo do planejamento (PDCA). Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD) – principais conceitos, aplicações, diretriz, objetivos, meta, ação. Análise e melhoria de processos	343
54. Ferramentas de análise organizacional (Diagrama de Ishikawa, Diagrama de Pareto, Histograma, Estratificação, Diagramas de Dispersão, Diagrama de Árvore)	345
55. Gestão para Resultados - A organização e suas dimensões estruturais e dinâmicas.....	346
56. Os estudos de estratégia e seu impacto nas organizações contemporâneas	347
57. Coordenação: necessidade, problemas, métodos	348
58. Comunicação organizacional Habilidades e elementos da comunicação	351
59. Comportamento humano nas organizações.....	357
60. Teorias de motivação	358
61. Desempenho.....	358
62. Liderança. Natureza da liderança. Estilos de liderança e situações de trabalho.....	362
63. Decisão. A organização e o processo decisório. O processo racional de solução de problemas. Fatores que afetam a decisão. Tipos de decisões.....	363
64. Mudança Organizacional: forças internas e externas. Processo de mudança: o papel do agente e métodos de mudança	363
65. Organizações como comunidades de conhecimento.....	366
66. Gestão do conhecimento	367
67. Gestão de pessoas por competências.....	367

ÍNDICE

68. Gestão de Projetos - Conceitos de gerenciamento de projetos. Ciclo de vida de um projeto. Noções gerais do PMBOK. Áreas de gerenciamento de projetos. Conceitos e funções de ferramentas de auxílio de gerência de projetos: PERT, COM e Diagrama de Gantt	369
69. Administração Estratégica - Balanced Scorecard (BSC): principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas	373
70. Referencial Estratégico das Organizações	376
71. Análise de ambiente interno e externo	380

Conteúdo Digital

Noções de Informática

1. Arquitetura básica de computadores: hardware, componentes e funções; unidade central de processamento; memória RAM, cache e tipos de armazenamento; dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados: teclado, mouse, monitor, impressora scanner, discos rígidos, SSDs, pendrives, discos ópticos, conectores e portas de comunicação	3
2. Armazenamento em nuvem	6
3. Windows 10/11: conceitos básicos de software e sistema operacional; programas e utilitários, ambiente gráfico, área de trabalho, janelas, ícones, atalhos de teclado, pastas, tipos de arquivos, criação, cópia, exclusão e restauração de arquivos, figuras e imagens (formatos e uso)	6
4. MS Office 2021 e Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Teams): conceitos, características, principais funcionalidades, ícones, atalhos de teclado, criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, inserção de gráficos e tabelas, compartilhamento e uso de recursos na nuvem	14
5. Google Workspace (Gmail, Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive, Meet e Agenda): conceitos, características, funcionalidades, colaboração em tempo real e armazenamento online	38
6. Internet: conceitos e características; navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox); mecanismos de busca; downloads e uploads	43
7. Correio eletrônico (e-mail): conceitos, características, funcionalidades e boas práticas de uso seguro	51
8. Segurança digital: noções de antivírus, autenticação, senhas seguras, golpes virtuais (phishing)	52

Legislação Específica

1. Constituição Estadual: Título I – Da Organização do Estado: Disposições Preliminares, Da Competência do Estado e da Administração Pública; Título II – Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo	61
2. Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990 e suas alterações	74
3. Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	114
4. Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais: Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992 e suas alterações	115
5. Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013 e suas alterações	137
6. Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei do Processo Administrativo Estadual: Lei Ordinária nº 3.830, de 27 de junho de 2016, e suas alterações	138
7. Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações: âmbito de aplicação da lei, princípios, definições e agentes públicos	139
8. Resolução ALE/RO nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e suas alterações	213

ÍNDICE

9. Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações	215
10. Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações	232

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO)

Ao escrever, é essencial considerar a situação de escrita proposta. Existem inúmeras situações de comunicação, e seu texto pode se organizar de diferentes maneiras, dependendo do contexto e do objetivo comunicativo.

Há casos em que a linguagem é empregada de forma mais convencional. Por exemplo, ao ensinar alguém a preparar um bolo, a linguagem geralmente se apresenta como uma receita. Se o propósito for promover ou vender um produto, utilizamos anúncios publicitários. Já se a intenção é informar a população sobre um acontecimento, recorreremos à notícia. Em outras palavras, a variedade de situações de comunicação resulta em diferentes maneiras de utilizar a linguagem.

Existem aquelas situações que se constituem por elementos verbais (representados pela imagem de um livro, uma pena e papel), outras por elementos visuais (como a câmera fotográfica, a paleta com pincel, e as máscaras do teatro mudo), outras ainda pelo elemento vocal (ilustradas por notas musicais e instrumentos), e também aquelas que integram esses três tipos de linguagem (como o cinema e o teatro). Em cada uma dessas situações, a linguagem assume formas e conteúdos específicos e característicos.

Esses tipos de textos que usamos frequentemente em nosso dia a dia, conforme as variadas situações comunicativas, são chamados de gêneros textuais. Eles se referem à forma como a língua se organiza nos textos nas interações sociais.

Com o passar do tempo, diferentes gêneros foram desenvolvidos em função das diversas situações socioculturais e comunicativas. Cada um possui uma organização particular da linguagem, com um conteúdo (assunto) característico da respectiva situação comunicativa, podendo ser mais aberto ou mais restrito ao estilo (marca pessoal) do autor.

Vale ressaltar que um texto não precisa se limitar a um único gênero textual, embora geralmente um deles prevaleça. Textos, tanto orais quanto escritos, que têm o propósito de estabelecer algum tipo de comunicação, possuem características básicas que permitem identificar seu gênero textual. Entre essas características estão o tipo de assunto abordado, quem é o emissor, quem é o receptor, a finalidade do texto, e o tipo de texto (se é narrativo, argumentativo, instrucional, etc.).

► Distinguindo

O gênero textual também pode ser chamado de gênero discursivo. Essa variação ocorre conforme a perspectiva teórica adotada: uma enfatiza questões ideológicas e sociais discursivas,

enquanto a outra se concentra mais na forma. Neste momento, não vamos aprofundar essa distinção relacionada aos gêneros, mas nem todas significam a mesma coisa.

É fundamental diferenciar o que é gênero textual, gênero literário e tipo textual. Cada uma dessas classificações está relacionada aos textos, mas possuem significados totalmente distintos. A seguir, veja uma breve explicação sobre o que são gênero literário e tipo textual:

▪ **Gêneros Textuais:** referem-se às formas de estruturação dos textos conforme as diferentes situações de comunicação. Eles podem surgir em diversos contextos comunicativos (literário, jornalístico, digital, judiciário, entre outros). Exemplos de gêneros textuais incluem: romance, conto, receita, notícia, bula de remédio.

▪ **Gênero Literário:** trata-se dos gêneros textuais nos quais a forma, o estilo autoral e a organização da linguagem possuem uma preocupação estética. Eles são classificados conforme sua estrutura, podendo ser do gênero lírico, dramático ou épico. Pode-se dizer que todo gênero literário é um gênero textual, mas nem todo gênero textual é um gênero literário.

▪ **Tipo Textual:** refere-se à maneira como a linguagem é organizada dentro de cada gênero. Está relacionado ao uso dos verbos e pode ser classificado como narrativo, descritivo, expositivo, dissertativo-argumentativo, injuntivo, preditivo e dialogal. Cada uma dessas categorias varia de acordo com a apresentação do texto e a finalidade para a qual ele foi elaborado.

Abaixo, apresentaremos os gêneros discursivos mais comuns. Cada gênero é agrupado de acordo com a predominância do tipo textual.

GÊNEROS TEXTUAIS PREDOMINANTEMENTE DO TIPO TEXTUAL NARRATIVO

► Romance

O romance é um texto extenso, com tempo, espaço e personagens claramente definidos. Pode conter momentos em que o tipo narrativo dá lugar ao descritivo para caracterizar personagens e ambientes. As ações no romance tendem a ser mais longas e complexas. A narrativa pode envolver as aventuras de um protagonista em uma história de amor, muitas vezes com barreiras ou proibições.

No entanto, existem romances com uma variedade de temas, como os romances históricos (que abordam eventos de períodos específicos da história), romances psicológicos (focados nas reflexões e conflitos internos de um personagem), e romances sociais (que refletem o comportamento de uma determinada parte da sociedade, com o objetivo de fazer uma crítica social).



AMOSTRA

Entre os romancistas brasileiros destacados, podemos citar Machado de Assis, Guimarães Rosa, e Eça de Queiroz, entre outros.

► **Conto**

O conto é uma narrativa breve e ficcional, geralmente escrita em prosa, que aborda situações cotidianas, anedotas e até elementos do folclore. Originalmente, fazia parte da tradição oral. Boccaccio foi o primeiro a registrar o conto de forma escrita em sua obra “Decamerão”. Este gênero, que pertence à esfera literária, é caracterizado por ser uma narrativa concisa e intensa que se desenvolve em torno de uma única ação. Geralmente, o leitor é inserido em uma ação que já está em progresso, sem muitas explicações sobre o que ocorreu antes ou depois desse momento narrado. Há uma construção de tensão ao longo de todo o conto.

Diferentes contos são desenvolvidos dentro da tipologia narrativa, como o conto de fadas (com personagens do universo fantástico), contos de aventura (envolvendo personagens em contextos mais realistas), contos folclóricos (ou populares), contos de terror ou assombração (com cenários sombrios que visam provocar medo no leitor), e contos de mistério (envolvendo suspense e a resolução de um enigma).

► **Fábula**

A fábula é uma narrativa de caráter fantástico, onde os eventos são inverossímeis. As personagens principais geralmente não são seres humanos, e o objetivo da fábula é transmitir uma lição moral.

► **Novela**

A novela é um gênero que se situa entre o romance e o conto em termos de extensão. É composta por um grande número de personagens, organizados em diferentes núcleos que nem sempre interagem ao longo do enredo. Exemplos notáveis de novelas incluem “O Alienista” de Machado de Assis e “A Metamorfose” de Franz Kafka.

► **Crônica**

A crônica é uma narrativa curta e informal, vinculada ao cotidiano e escrita em linguagem coloquial. Pode ter um tom humorístico ou trazer uma crítica indireta, especialmente quando é publicada em seções de jornais, revistas, ou apresentada em programas de televisão. Na literatura brasileira, vários cronistas se destacam, como Luís Fernando Veríssimo, Rubem Braga e Fernando Sabino.

► **Diário**

O diário é escrito em linguagem informal e sempre apresenta a data, sem um destinatário específico; geralmente, é direcionado à própria pessoa que o escreve. Ele serve como um registro dos acontecimentos do dia, com o objetivo de preservar memórias e, em alguns casos, servir como um espaço para desabafar. Veja um exemplo:

“Domingo, 14 de junho de 1942

Vou começar a partir do momento em que ganhei você, quando o vi na mesa, no meio dos meus outros presentes de aniversário. (Eu estava junto quando você foi comprado, e com isso eu não contava.)

Na sexta-feira, 12 de junho, acordei às seis horas, o que não é de espantar; afinal, era meu aniversário. Mas não me deixam levantar a essa hora; por isso, tive de controlar minha curiosidade até quinze para as sete. Quando não dava mais para esperar, fui até a sala de jantar, onde Moortje (a gata) me deu as boas-vindas, esfregando-se em minhas pernas.”

Trecho retirado do livro “Diário de Anne Frank”.

GÊNEROS TEXTUAIS PREDOMINANTEMENTE DO TIPO TEXTUAL DESCRITIVO

► **Currículo**

O currículo é um gênero que pertence principalmente ao tipo textual descritivo. Nele, são detalhadas as qualificações e experiências profissionais de uma pessoa.

► **Laudo**

O laudo é um gênero também pertencente ao tipo textual descritivo. Sua função é descrever os resultados de análises, exames ou perícias, tanto no campo médico quanto em questões técnicas.

Outros exemplos de gêneros textuais que se enquadram no tipo descritivo incluem: folhetos turísticos, cardápios de restaurantes e anúncios classificados.

GÊNEROS TEXTUAIS PREDOMINANTEMENTE DO TIPO TEXTUAL EXPOSITIVO

► **Resumos e Resenhas**

Nesses gêneros, o autor faz uma breve descrição da obra (que pode ser cinematográfica, musical, teatral ou literária) com o intuito de divulgá-la de forma resumida.

Na verdade, o resumo e a resenha são análises da obra, com linguagem que pode variar em formalidade. Geralmente, os resenhistas são especialistas na área devido ao vocabulário específico que utilizam e, por serem estudiosos do assunto, suas críticas ou elogios podem influenciar a venda e a recepção do produto.

► **Verbete de dicionário**

Este é um gênero predominantemente expositivo, cujo objetivo é apresentar conceitos e significados das palavras de uma língua.

► **Relatório Científico**

O relatório científico é um gênero predominantemente expositivo que descreve as etapas de uma pesquisa, bem como caracteriza os procedimentos realizados durante o processo.

► **Conferência**

A conferência é predominantemente um gênero textual expositivo, mas também pode ser argumentativo. Nesse contexto, o orador apresenta conhecimentos e pontos de vista sobre um determinado tema. É um gênero que muitas vezes é realizado na modalidade oral.

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes ao tipo expositivo incluem: enciclopédias e resumos escolares.



RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

LÓGICA: PROPOSIÇÕES, VALOR-VERDADE, NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, IMPLICAÇÃO, EQUIVALÊNCIA, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de **argumento**, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior e a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

I – De duas premissas negativas, nada se conclui;

II – De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;

III – A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;

IV – De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição:

I – Tem sujeito e predicado;

II – É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);

III – Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

I – Princípio da não contradição: uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.



AMOSTRA

II – Princípio do terceiro excluído: toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.

III – Princípio da Identidade: uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- **As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima. São eles:**

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

1. Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

A água é uma substância não polar.

A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

2. Conectivo $\wedge$:

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q : o aminoácido fenilalanina é apolar.

$p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

3. Conectivo $\vee$:

Colocando o conectivo $\vee$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

$p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo $\rightarrow$); ...se, e somente se, ... (símbolo $\leftrightarrow$).

4. Condicional $\rightarrow$

O condicional $\rightarrow$ colocado entre p e q , obtém-se uma nova proposição $p \rightarrow q$, que se lê: se p então q , ' p é condição necessária para q ' e ' q é condição suficiente para p '

p é chamada antecedente e q é chamada de consequente.

Exemplos:

p : o colesterol é apolar.

q : o colesterol penetra a bicamada lipídica.

$p \rightarrow q$: se o colesterol é apolar, então o colesterol penetra a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a condicional $\rightarrow$

Axioma: o condicional $p \rightarrow q$ é falsa somente quando p é verdadeira e q é falsa, caso contrário, $p \rightarrow q$ é verdadeira.



HISTÓRIA DE RONDÔNIA

AS BASES DA OCUPAÇÃO COLONIAL DA AMAZÔNIA

AS MOTIVAÇÕES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA REGIÃO AMAZÔNICA

A colonização da Amazônia pelos portugueses no período colonial não ocorreu por acaso ou de maneira espontânea. Ao contrário, foi resultado de uma série de fatores estratégicos, econômicos, políticos e religiosos que se intensificaram principalmente a partir do século XVII.

A ocupação dessa região foi marcada por interesses tanto do Estado português quanto da Coroa espanhola, além da ação de grupos religiosos, como os jesuítas, e de ameaças estrangeiras, principalmente de holandeses, ingleses e franceses.

► Defesa territorial e geopolítica

Um dos principais motivos da presença portuguesa na Amazônia foi a necessidade de defender e consolidar o território colonial frente às invasões estrangeiras. No século XVII, holandeses, franceses e ingleses estavam ativos na costa norte da América do Sul, buscando estabelecer feitorias, pontos de comércio e até mesmo colônias.

Apesar do Tratado de Tordesilhas (1494) ter estabelecido uma divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, a delimitação exata do território era incerta, e a região amazônica se encontrava em uma zona de disputa. Com o tempo, Portugal passou a considerar a ocupação da Amazônia como essencial para garantir a soberania sobre essa área, estendendo o domínio além da linha de Tordesilhas, o que mais tarde seria legitimado com o Tratado de Madri (1750).

Nesse contexto, a fundação de fortes, como o Forte do Presépio (atual Belém, fundado em 1616), foi uma medida estratégica para marcar presença portuguesa e repelir invasores estrangeiros.

► Interesse econômico e exploração de recursos naturais

Outro fator fundamental foi o interesse nos recursos naturais da Amazônia. A região era vista como uma fonte inesgotável de riquezas, especialmente pelas drogas do sertão – nome dado a produtos extraídos da floresta, como cacau, urucum, salsaparrilha, baunilha, cravo-do-maranhão, castanha, entre outros.

Esses produtos tinham alto valor no mercado europeu e passaram a integrar o sistema econômico colonial. A extração das drogas do sertão foi realizada, em grande parte, com mão de obra indígena, sob o controle dos religiosos ou das autoridades coloniais, sendo um dos primeiros grandes ciclos econômicos da Amazônia.

Além disso, havia interesse em metais preciosos, embora a mineração nunca tenha se desenvolvido de forma intensa na região amazônica como ocorreu em Minas Gerais.

► Expansão religiosa e catequese indígena

A missão evangelizadora da Igreja Católica também foi um componente essencial da colonização. A Companhia de Jesus, por meio dos missionários jesuítas, teve papel fundamental na ocupação da Amazônia. Eles fundaram aldeamentos (missões) ao longo dos rios, com o objetivo de catequizar os indígenas e incorporá-los à lógica da colonização europeia.

Essa ação era, ao mesmo tempo, religiosa e política. Os missionários garantiam a presença portuguesa no interior da floresta, fixavam populações indígenas e estabeleciam laços culturais e administrativos com o poder colonial. A Igreja tinha o apoio da Coroa portuguesa, que via na catequese uma forma de controlar os povos originários e expandir o domínio cristão sobre novas terras.

► Consolidação da política de ocupação do território interior

Durante os séculos XVII e XVIII, o Reino de Portugal adotou uma política de interiorização da ocupação do território brasileiro. A Amazônia, por suas dimensões e dificuldades naturais, estava até então afastada dos centros coloniais mais ativos, como o litoral nordestino e sudeste.

A presença portuguesa no interior da floresta era uma forma de consolidar o controle do império colonial. Para isso, além das missões, foram utilizados os rios como vias de penetração – o que explica a criação de povoados e fortes ao longo das principais bacias hidrográficas, como o rio Amazonas, o Madeira e o Tapajós.

A expansão territorial também era favorecida pela atuação dos bandeirantes, que, mesmo sendo mais ativos no centro-sul do Brasil, chegaram a atuar em áreas amazônicas em busca de riquezas e indígenas.

► Pressão demográfica e busca por novas oportunidades

Com o crescimento da população colonial em outras regiões, alguns grupos passaram a migrar para áreas ainda pouco exploradas, como a Amazônia, em busca de terras e novas oportunidades econômicas. Essa movimentação foi incentivada pela Coroa portuguesa, que desejava consolidar sua presença e explorar as potencialidades da região.

Essa pressão demográfica também se relaciona com a busca por terras para o cultivo agrícola e para a criação de gado, ainda que essas atividades fossem secundárias em relação à coleta de produtos florestais.

A ocupação da Amazônia, portanto, foi resultado de um conjunto de estratégias políticas, econômicas e religiosas que visavam garantir o domínio português sobre uma região de grande importância estratégica, apesar das dificuldades logísticas e naturais enfrentadas pelos colonizadores.



AMOSTRA

OS MECANISMOS DE OCUPAÇÃO E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A ocupação da Amazônia durante o período colonial português não se deu de maneira uniforme ou imediata. Foi um processo gradual, que combinou interesses econômicos, religiosos e políticos, e exigiu a criação de mecanismos próprios para garantir a posse e o controle da região, especialmente por causa das características geográficas desafiadoras e da resistência de grupos indígenas.

► **A fundação de fortes e povoações**

Um dos primeiros e mais importantes mecanismos de ocupação foi a construção de fortes militares em pontos estratégicos, geralmente próximos à foz de grandes rios. Esses fortes funcionavam como postos de vigilância, defesa e organização administrativa. Serviam também como base para a fundação de povoações permanentes.

O principal exemplo disso é o Forte do Presépio, fundado em 1616 na região onde hoje está Belém do Pará. A partir dele, os portugueses iniciaram uma ocupação mais efetiva da região amazônica, controlando a entrada do rio Amazonas e impedindo a ação de estrangeiros, especialmente os holandeses e franceses.

Outros fortes importantes foram criados ao longo dos rios Tocantins, Madeira e Solimões, contribuindo para a fixação da presença lusa no interior.

► **O papel dos rios como vias de penetração e ocupação**

Diferente de outras regiões do Brasil, onde a ocupação se deu a partir do litoral, a Amazônia exigiu uma lógica diferente: a ocupação se organizou a partir dos rios. Esses cursos d'água eram as principais “estradas” da época, permitindo o deslocamento de tropas, missionários, comerciantes e colonos.

As margens dos rios tornaram-se locais privilegiados para a fundação de aldeias, missões religiosas e pontos de extração de recursos. A própria cidade de Manaus nasceu dessa lógica fluvial, tendo origem em um forte construído na confluência de rios importantes.

O domínio dos rios era, portanto, essencial para o controle territorial. Quem dominava os rios, dominava o fluxo de pessoas, mercadorias e informações.

► **Missões religiosas e aldeamentos indígenas**

A atuação dos missionários, especialmente os jesuítas, foi um dos principais instrumentos de ocupação territorial. As missões tinham duplo papel: catequético e colonizador. Ao reunir os indígenas em aldeamentos (também chamados de “reduções”), os religiosos os submetiam a um novo modo de vida, baseado na agricultura, na religião católica e no trabalho comunitário.

Essas missões, embora apresentadas como espaços de proteção indígena, eram também formas de controle populacional. Os povos originários eram retirados de seus territórios tradicionais, reorganizados em novos padrões de moradia e inseridos na lógica da colonização.

Outras ordens religiosas também atuaram na região, como os franciscanos e mercedários, mas os jesuítas foram os mais influentes, com presença marcante nos séculos XVII e XVIII.

► **Expedições de exploração e reconhecimento territorial**

As chamadas “entradas” e “expedições” foram instrumentos utilizados para explorar, reconhecer e mapear a região. Essas viagens eram realizadas por militares, religiosos ou bandeirantes, com o objetivo de identificar riquezas naturais, estabelecer contato com tribos indígenas e verificar pontos estratégicos para a construção de novos fortes e missões.

Um exemplo importante foi a expedição de Pedro Teixeira, em 1637, que subiu o rio Amazonas até o atual território do Equador e depois retornou. Essa jornada foi importante para reforçar a ocupação portuguesa na bacia amazônica, demonstrando a viabilidade da navegação e a extensão da presença lusa.

Essas incursões também ajudaram a criar rotas comerciais e fortalecer o controle sobre a região.

► **Distribuição de sesmarias e organização administrativa**

Outro mecanismo utilizado pela Coroa portuguesa foi a concessão de sesmarias – grandes lotes de terra doados a colonos para promover a produção agrícola e o povoamento. Apesar das dificuldades do terreno amazônico para a agricultura de grande escala, essas concessões foram feitas com o objetivo de fixar a população e estimular a colonização.

Com o tempo, a região amazônica foi sendo incorporada a estruturas administrativas mais complexas. A criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, com sede em Belém, foi um marco na organização da Amazônia como parte integrante do império colonial português.

Esse Estado tinha certa autonomia administrativa em relação ao centro-sul do Brasil, sendo responsável por controlar uma vasta porção da Amazônia, com aparato militar, fiscal e jurídico próprio.

► **A atuação militar e o uso da força**

O uso da força foi uma constante no processo de ocupação. Em muitos casos, os portugueses enfrentaram forte resistência dos povos indígenas, que se opunham à perda de suas terras e à imposição da cultura europeia.

Para garantir o domínio, o poder colonial recorreu frequentemente à violência, com campanhas militares, destruição de aldeias e aprisionamento de indígenas. As tropas coloniais atuavam tanto na repressão quanto na proteção dos interesses lusitanos.

Além disso, o recrutamento de indígenas aliados (conhecidos como “índios amigos”) era uma prática comum. Esses grupos eram utilizados para combater outras tribos, atuar como guias ou ajudar na construção de fortes e povoações.

A combinação desses mecanismos permitiu aos portugueses estabelecer e manter sua presença na Amazônia, mesmo diante das dificuldades naturais e da complexidade cultural da região. A ocupação se deu de forma lenta, porém persistente, moldando as bases do que viria a se tornar o território amazônico brasileiro.

A ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS E A QUESTÃO INDÍGENA

A presença dos jesuítas na Amazônia foi uma das marcas mais profundas da colonização portuguesa na região. Desde o século XVII, a Companhia de Jesus desenvolveu uma ampla rede



GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DOS VALES DO MADEIRA, MAMORÉ E GUAPORÉ

A IMPORTÂNCIA DOS VALES FLUVIAIS PARA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, teve sua conformação territorial marcada por ciclos econômicos, pela geopolítica da fronteira e por fluxos migratórios que se adensaram a partir do século XIX. Os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé desempenharam papel essencial nesse processo, não apenas por sua importância geográfica como eixos naturais de circulação, mas também por influenciarem diretamente nas formas de povoamento e ocupação humana. Esta análise pretende discutir como esses rios estruturaram o território rondoniense, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Esses vales foram palco de transformações profundas, desde os tempos das missões religiosas e explorações portuguesas e espanholas até os ciclos econômicos da borracha e os projetos de integração nacional, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e os programas de colonização federal nas décadas de 1970 e 1980. Para compreender a dinâmica atual de Rondônia, é imprescindível estudar como esses rios moldaram os assentamentos humanos e definiram estratégias de ocupação territorial.

PRIMEIROS CONTATOS E MISSÕES RELIGIOSAS: A PRESENÇA LUSO-ESPAÑHOLA NO SÉCULO XVIII

O início do povoamento dos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé está diretamente ligado à presença das Coroas ibéricas na região amazônica. A partir do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri (1750), intensificaram-se as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A linha do rio Guaporé passou a ser entendida como limite natural entre os domínios portugueses (ao norte e leste) e espanhóis (ao sul e oeste).

Nesse contexto, foram criadas missões jesuíticas e aldeamentos indígenas, com o intuito de consolidar a ocupação e catequese das populações locais. Um exemplo marcante é a Fundação de Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do Guaporé, como estratégia militar portuguesa para garantir a soberania do território.

Pontos-chave:

- A ocupação era esparsa e voltada à manutenção de uma presença simbólica e estratégica na região.
- Os rios eram os principais meios de transporte e comunicação, o que os tornava corredores logísticos e culturais.
- As populações indígenas resistiram a essas ocupações, mas também foram integradas de forma forçada em muitos contextos.

CICLO DA BORRACHA E A INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX – INÍCIO DO SÉCULO XX)

Com a expansão do ciclo da borracha na Amazônia, houve uma mudança significativa no perfil de ocupação dos vales fluviais. Os rios Madeira e Mamoré tornaram-se fundamentais para o escoamento da borracha extraída nas áreas interiores de Rondônia e da Bolívia. Nesse contexto, destaca-se a tentativa de superar os obstáculos naturais (como as corredeiras do Madeira) com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), iniciada em 1907 e concluída em 1912.

A EFMM ligava Porto Velho (às margens do Madeira) a Guajará-Mirim (no Mamoré), permitindo o transporte da produção gomífera até os portos brasileiros. A ferrovia foi um vetor fundamental de ocupação e urbanização da região:

- Estimulou a formação de vilas e núcleos urbanos ao longo do traçado.
- Atração de migrantes nordestinos, caribenhos e europeus para trabalhar na construção da estrada.
- Aumentou a presença institucional do Estado brasileiro na região.

No entanto, a decadência da borracha após a Primeira Guerra Mundial levou ao abandono de muitas dessas áreas, consolidando um ciclo de crescimento e retração marcado pela dependência de produtos de exportação.

PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA (DÉCADAS DE 1960 A 1980)

Nas décadas de 1960 a 1980, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé passaram por uma nova fase de ocupação, desta vez impulsionada por políticas do governo militar que visavam integrar a Amazônia ao restante do território nacional. Programas como o Projeto POLONOROESTE (Política de Desenvolvimento da Região Norte-Oeste), financiado pelo Banco Mundial, promoveram a abertura de estradas (notadamente a BR-364) e a implantação de projetos de colonização agrícola.

Essa nova onda migratória transformou profundamente a paisagem regional:

- Colonos vindos principalmente do Sul e Sudeste do país passaram a ocupar áreas próximas aos rios.
- A terra foi distribuída por meio de projetos do INCRA, provocando conflitos fundiários com populações tradicionais e indígenas.
- A expansão da fronteira agrícola causou desmatamento e degradação ambiental nas áreas de planície dos vales.

Apesar das promessas de progresso, muitos desses projetos foram mal planejados, levando a problemas sociais e ambientais graves que ainda perduram na região.



AMOSTRA

Configuração Atual: Urbanização, Produção e Conflitos

Hoje, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé concentram algumas das cidades mais importantes de Rondônia, como Porto Velho, Guajará-Mirim e Costa Marques, e continuam desempenhando papel estratégico no estado. O rio Madeira, em especial, é uma via essencial para o transporte de cargas e para a produção de energia, com destaque para a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Entretanto, a ocupação desses vales continua gerando desafios significativos:

- Conflitos agrários com posseiros, grileiros, indígenas e ribeirinhos.
- Pressões ambientais decorrentes do garimpo ilegal, extração de madeira e expansão da pecuária.
- Dificuldades de infraestrutura e acesso a serviços públicos em muitas áreas ribeirinhas.

O desafio atual é conciliar desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental, respeitando os modos de vida tradicionais e os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades locais.

COLONIZAÇÃO IBÉRICA NA REGIÃO

A FRONTEIRA IBERO-AMERICANA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A região hoje correspondente ao estado de Rondônia foi palco de um dos mais complexos processos de colonização da Amazônia ocidental, marcado pela presença das duas grandes potências ibéricas do período colonial: Portugal e Espanha. A colonização ibérica na região dos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, ocorrida principalmente nos séculos XVII e XVIII, esteve vinculada a disputas territoriais, às estratégias missionárias e militares, e ao interesse crescente sobre os recursos naturais e a geopolítica amazônica.

Ao contrário de outras regiões do Brasil, cuja colonização portuguesa seguiu o litoral em direção ao interior, Rondônia foi alcançada por caminhos fluviais que vinham tanto do Peru (via Alto Madeira) quanto do interior da Bolívia (via Guaporé e Mamoré). Esse fator fez com que a presença espanhola fosse mais intensa inicialmente, sendo depois gradualmente substituída pela ocupação portuguesa, especialmente após o Tratado de Madri, em 1750.

O CONTEXTO DAS DISPUTAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA PELA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Durante o período colonial, a delimitação das fronteiras entre os domínios português e espanhol na América do Sul foi constantemente motivo de disputas. A região de Rondônia, por estar no meio de rotas fluviais que conectavam o interior do continente ao Atlântico, tornou-se estratégica para ambas as potências.

Os principais marcos desse período são:

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabelecia um meridiano imaginário como limite entre as terras de Portugal e Espanha, mas era vago em relação ao interior do continente.

- **Tratado de Madri (1750):** substituiu Tordesilhas, com base no princípio do *uti possidetis*, que legitimava a posse efetiva das terras. Isso favoreceu Portugal, que já tinha estabelecido diversos núcleos no interior amazônico.

- **Tratado de Santo Ildefonso (1777) e Tratado de Badajós (1801):** reafirmaram e redefiniram parte das fronteiras coloniais, mantendo a área de Rondônia sob domínio português.

Durante esses períodos, a presença ibérica na região era sustentada principalmente por três frentes: a atuação de ordens religiosas (especialmente os jesuítas), as expedições militares e a fundação de fortes e vilas como forma de assegurar a soberania da Coroa.

A PRESENÇA ESPANHOLA: MISSÕES E EXPLORAÇÃO PELO OESTE AMAZÔNICO

A colonização espanhola na região dos vales do Mamoré e Guaporé esteve fortemente associada ao trabalho dos jesuítas espanhóis, que fundaram uma série de missões entre os séculos XVII e XVIII, especialmente com populações indígenas como os Chiquitanos e Mojos (ou Moxos), hoje presentes em território boliviano.

Essas missões tinham caráter duplo: religioso e colonizador. Buscavam:

- Catequizar os povos indígenas;
- Controlar o território frente ao avanço português;
- Estabelecer núcleos produtivos baseados na agricultura e no extrativismo.

As missões espanholas, muitas delas instaladas no Alto Guaporé, serviram também como antepostos comerciais e centros de disseminação da cultura europeia. A sua influência na região declinou com o avanço da presença portuguesa e o progressivo desmonte das missões pelos próprios colonizadores lusos, após os tratados que reconheceram a posse da região por Portugal.

A EXPANSÃO PORTUGUESA: FORTIFICAÇÕES E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A partir da segunda metade do século XVIII, com os tratados que asseguraram a posse portuguesa da região, houve um esforço deliberado da Coroa para consolidar sua presença no vale do Guaporé. A principal estratégia foi a fundação de estruturas militares e administrativas, das quais se destacam:

- Forte de Bragança (1769) – construído como posto avançado de defesa.
- Forte Príncipe da Beira (1776) – principal fortaleza militar portuguesa na região do Guaporé, localizada próxima à atual cidade de Costa Marques. Possuía arquitetura imponente, artilharia pesada e alojamentos para militares e civis.

Além da função defensiva, o Forte Príncipe da Beira serviu como núcleo de ocupação portuguesa, promovendo o deslocamento de famílias, escravizados e indígenas aldeados para seus arredores, dando origem aos primeiros povoados de caráter luso-brasileiro na região.

A presença portuguesa também se caracterizou pelo uso de expedições sertanistas e entradas, que percorriam os rios Madeira e Guaporé à procura de riquezas naturais, rotas



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Legislativo - Administração

ADMINISTRAÇÃO - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO: ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA, TEORIA CLÁSSICA, ESCOLA DE RELAÇÕES HUMANAS, ABORDAGEM COMPORTAMENTALISTA, TEORIA DA BUROCRACIA, TEORIA DE SISTEMAS E ABORDAGEM CONTINGENCIAL. CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EM ADMINISTRAÇÃO

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenas “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas compreende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

Montana e Charnov

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

1. Abordagem Clássica: que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.

2. Abordagem Humanística: que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.

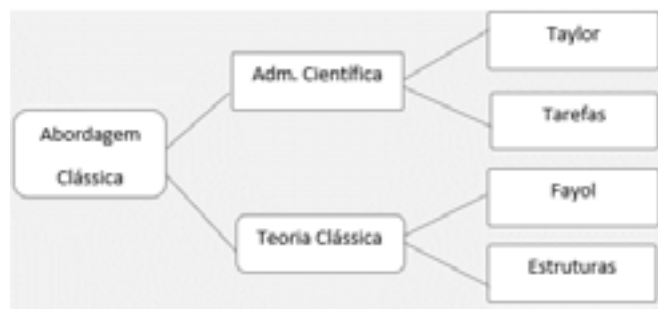
3. Abordagem Neoclássica: que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).

4. Abordagem Estruturalista: que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.

5. Abordagem Comportamental: que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).

6. Abordagem Sistêmica: centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.

7. Abordagem Contingencial: que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



Origem da Abordagem Clássica

1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:

- Ciência que substituiu o empirismo;
- Planejamento de produção e redução do improviso.

2 — Necessidade de aumento da eficiência e a competência das organizações:

- Obtendo melhor rendimento em face da concorrência;
- Evitando o desperdício de mão de obra.

Abordagem Científica – ORT (Organização Racional do Trabalho)

- Estudo dos tempos e movimentos;
- Estudo da fadiga humana;
- Divisão do trabalho e especialização;
- Desenho de cargo e tarefas;
- Incentivos salariais e premiação de produção;
- Homo Economicus;
- Condições ambientais de trabalho;
- Padronização;
- Supervisão funcional.

Aspectos da conclusão da Abordagem Científica: A percepção de que os coordenadores, gerentes e dirigentes deveriam se preocupar com o desenho da divisão das tarefas, e aos operários cabia única e exclusivamente a execução do trabalho, sem questionamentos, apenas execução da mão de obra.

- Comando e Controle: o gerente pensa e manda e os trabalhadores obedecem de acordo com o plano.



AMOSTRA

- Uma única maneira correta (the best way).
- Mão de obra e não recursos humanos.
- Segurança, não insegurança. As organizações davam a sensação de estabilidade dominando o mercado.

Teoria Clássica

- Aumento da eficiência melhorando a disposição dos órgãos componentes da empresa (departamentos);
- **Ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento);**
- Abordagem do topo para a base (nível estratégico tático);
- Do todo para as partes.



Diferente do processo neoclássico, na Teoria Clássica temos 5 (cinco) funções – POC3:

- Previsão ao invés de planejamento: Visualização do futuro e traçar programa de ação.
- Organização: Constituir a empresa dos recursos materiais e social.
- Comando: Dirigir e orientar pessoas.
- Coordenação: Ligação, união, harmonizar todos os esforços coletivamente.

Controle: Se certificar de que tudo está ocorrendo de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

Princípios da Teoria Clássica:

- Dividir o trabalho;
- Autoridade e responsabilidade;
- Disciplina;
- Unidade de comando;
- Unidade de direção;
- Subordinação dos interesses individuais aos gerais;
- Remuneração do pessoal;
- Centralização;
- Cadeia escalar;
- Ordem;
- Equidade;
- Estabilidade do pessoal;
- Iniciativa;
- Espírito de equipe.

A Abordagem Clássica, junto da Burocrática, dentre todas as abordagens, chega a ser uma das mais importantes.

Abordagem Neoclássica

No início de 1950 nasce a Teoria Neoclássica, teoria mais contemporânea, remodelando a Teoria Clássica, colocando novo figurino dentro das novas concepções trazidas pelas mudanças e pelas teorias anteriores. Funções essencialmente humanas começam a ser inseridas, como: Motivação, Liderança e Comunicação. Preocupação com as pessoas passa a fazer parte da Administração.

